

ABASTECER A CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



ABASTECER A CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 22

ABASTECER A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*Provisioning Medieval
European Towns*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
GONÇALO MELO DA SILVA
editores

Textos seleccionados das IV Jornadas Internacionais de Idade Média “Abastecer a Cidade na Europa Medieval” (Castelo de Vide, de 10 a 12 de Outubro de 2019) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 8 e 9 de Outubro de 2019).

Arbitragem Científica:

Adelaide Millán da Costa (Universidade Aberta)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Emilio Martín Gutiérrez (Universidade de Cádiz)
Eduardo Aznar (Universidade de La Laguna)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Manuel Fialho Silva (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria Filomena Barros (Universidade de Évora)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Farelo (Universidade Nova de Lisboa)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Pere Verdes Pijuan (Institución Millá y Fontanals (CSIC))
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sara Prata (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Sauro Gelichi (Universidade Ca’Foscari Veneza)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Título	Abastecer a Cidade na Europa Medieval Provisioning Medieval European Towns
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Muralha da vila de Castelo de Vide, fotografia de Eduardo Alves ©
Coleção	Estudos 22
ISBN	978-989-54529-2-7 (IEM) 978-972-9040-17-7 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Revisão	Mariana Alves Pereira
Depósito legal	474746/2020
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Apresentação	11
<i>António Pita</i>	

Abastecer a cidade na Europa medieval: algumas reflexões em torno de um colóquio, de um livro e de um tema	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva</i>	

PARTE I

A Intervenção dos Poderes

The Intervention of Powers

Strange Cities on the Waters: North Adriatic settlements between 7th-9th centuries AD.....	23
<i>Sauro Gelichi</i>	

Some problems about urban transitions in 12th and 13th Iberia	37
<i>Hermenegildo Fernandes</i>	

Ciudades y procesos de “agrarización” en Andalucía Occidental durante el siglo XV.....	63
<i>Emilio Martín Gutiérrez</i>	

Lisboa e o abastecimento de vinho para Ceuta na primeira metade do século XV	91
<i>José Miguel Zenhas Mesquita</i>	

Do cultivo ao consumo: o abastecimento de cereal na Gafaria de Coimbra nos séculos XIV e XV	111
<i>Ana Rita Rocha</i>	

O abastecimento alimentar da cidade em finais do século XIV: o contributo do Livro das Posturas Antigas de Évora	129
<i>Rodolfo Petronilho Feio</i>	

PARTE II

Gerir Crises e Conflitos no Abastecimento

Managing Crises and Conflicts in Supply

Defender la ciudad medieval contra el hambre: abastecimiento y políticas anonárias.....	151
<i>Denis Menjot</i>	

Uma pequena cidade medieval e o seu pão na Baixa Idade Média: o caso de Loulé.....	179
<i>Iria Gonçalves</i>	
El abastecimiento cerealista de Manresa durante la hambruna de 1333-1334	215
<i>Adrià Mas i Craviotto</i>	
A luta pelo controlo do abastecimento e repartição da carne e do peixe na cidade de Braga nos séculos XIV e XV	237
<i>Raquel Oliveira Martins</i>	
Del mar Cantábrico a la meseta castellana. Las dificultades de los mercaderes de las Cuatro Villas de la Costa en la distribución del pescado en el norte de Castilla a finales de la Edad Media	253
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
Problemas en el abastecimiento del pescado en la meseta meridional castellana a finales de la Edad Media.....	271
<i>Julián Sánchez Quiñones</i>	

PARTE III

Ao Gosto da Cidade: Matérias-Primas e Produtos

To the Taste of the City: Raw Materials and Products

Provision in Medieval Rome: data on the building activities	295
<i>Nicoletta Giannini</i>	
Matérias-primas para o Paço da Alcáçova: a intervenção régia num Paço lisboeta (1507-1513)	309
<i>Diana Martins</i>	
Provisioning the building sites of the mendicant convents in Auvergne (Realm of France) in the Middle Ages (early 13th-early 16th centuries)	329
<i>Claire Bourguignon</i>	
Abastecer um estaleiro construtivo: O exemplo do Colégio da Graça (1543-1548).....	347
<i>João Paulo Graça Pontes</i>	
A louça quotidiana e identidade social em Santarém na Idade Média (séculos XI-XIV)	365
<i>Tânia Manuel Casimiro; Carlos Boavida; Telmo Silva</i>	

PARTE IV

Espaços, Equipamentos e Rostos do Abastecimento

Spaces, Infrastructure, and Faces of Supply

Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval..... 383

Maria do Carmo Ribeiro

Las alhóndigas. Análisis de una nueva arquitectura civil. Importancia de su implantación en las ciudades de Castilla y León en el siglo XVI 403

José Miguel Remolina Seivane

Moleiros, moinhos e azenhas no Porto nos séculos XIV e XV: um setor-chave do abastecimento cerealífero urbano 423

Arnaldo Melo

O armazenamento e a gestão dos recursos nas cidades do Gharb al-Andalus: o exemplo de Alcácer do Sal 449

Marta Leitão

As estruturas de produção e armazenamento da vila medieval de Sesimbra 467

Rui Filipe Gil; Rafael Santiago

Os mercadores e os mesteres na paisagem urbana do século XV: o contributo da documentação notarial vimaranense 483

André Moutinho Rodrigues

“quallquer [...] rregateira que conprar quaaesquer mantjmentos em quaisquer lugarees”: o papel das regateiras no abastecimento alimentar urbano..... 497

Mariana Alves Pereira

PARTE V

Tempos de comércio: mercados e feiras, fiscalidade e moeda

Times of Trade: Markets, Fairs, Taxation, and Money

Na Lisboa de D. João I (1385-1433): fiscalidade régia e abastecimento 511

Catarina Rosa

El diezmo de los trigos del cabildo catedralicio del Reino de Mallorca: estructura y recaudación (1400-1420)..... 527

María del Camí Dols Martorell

The Crown, Towns and Currency: The Constitutional Restraint of Coinage in León and Castile, 1157-1230	551
--	------------

James Todesca

Entre o abastecimento da vila e o comércio regional: feiras mensais e quinzenais na Idade Média Portuguesa	573
---	------------

Paulo Morgado e Cunha

Vegetais nos mercados do Ġarb al-Andalus. Entre os tratados agronómicos e a arqueo-botânica (séculos X-XIII).....	589
--	------------

António Rei

La saca de pan y el almirantazgo castellano: jurisdicciones, conflictos institucionales y tensiones sociales.....	607
--	------------

Lorenzo Lage Estrugo

Apresentação

“A Arte é tudo – tudo o resto é nada.
Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo.”

Eça de Queirós in “A Correspondência de Fradique Mendes.”

Com esta quarta publicação dos artigos produzidos no âmbito das Jornadas Internacionais de Idade Média, as quais, desde 2016, ininterruptamente, se têm vindo a realizar nesta Notável Vila, reforça-se a firmeza do compromisso assumido entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Na realidade, as vivências e a oralidade intrínsecas à realidade presencial própria dos dias em que se desenrolam as Jornadas, caracterizam-se por terem um sabor insubstituível, tão específico do inigualável prazer que brota do diálogo nas relações entre seres humanos. E, por assim ser, contamos mentalmente os meses que faltam para mais um reencontro anual neste espaço-projeto, onde, entre a riqueza das apresentações pluridisciplinares e os profícuos debates em diferentes línguas, há sempre um intervalo para desfrutar do tempo – deste tempo denso e sedimentado que só as terras fundadas na Idade Média possuem. É, pois, nesta atmosfera plácida e tranquila, entre prenúncios de outono, que esta Notável Vila (onde nasceu Garcia de Orta, Mouzinho da Silveira, Laranjo Coelho e Salgueiro Maia), sente o orgulho de ser palco desta feliz cooperação entre Academia, Universidade e Poder Local, cujos resultados, ano após ano, subsidiam indelevelmente o conhecimento histórico.

De facto, por um lado, é neste ambiente telúrico e de entusiasmo que decorrem as Jornadas da Idade Média, sentindo-se a riqueza intrínseca na descontraída interação entre investigadores, alunos e colaboradores – e ainda com o próprio lugar! Um espaço de experiências, de reflexões, de diferentes abordagens, de distintas perspetivas, que em sala, nos corredores ou no jardim, resulta em enriquecimento dos participantes e alimenta a harmonia entre medievalistas. Contudo, será sempre através da forma de LIVRO que o conhecimento transcrito ganha garantias da sua perenidade, na medida em que essa materialidade substantiva ultrapassa as coordenadas do Tempo

e dos Lugares, cumprindo assim (ainda) a sua primordial missão de transmissão do saber entre as sociedades. Por cada ano que passa, e verificando-se a continuidade deste projeto, cresce o orgulho de Castelo de Vide, na medida em que, embora participando de forma muito modesta mas muito empenhada, cumpre e faz jus ao compromisso formal e público assumido desde a primeira hora: “proporcionar as condições necessárias para que Castelo de Vide, durante longos e frutuosos anos, se afirme como um fórum de discussão entre investigadores que tragam luz sobre os infindos mistérios que envolvem a cidade medieval europeia!” Porém, há no tempo presente uma ameaça latente que rasga o planeamento e torna a decisão sobre a realização da iniciativa depender da realidade circunstanciada quase ao dia. De facto, no momento em que estas linhas são escritas importa sublinhar o período verdadeiramente excecional em que vários países do mundo, e particularmente Portugal, estão assolados pela pandemia COVID-19, cuja evolução e desfecho a ciência ainda não domina.

Porém, não obstante este contexto de risco – e naturalmente porque Castelo de Vide iça a sua bandeira de lugar “Clean and Safe”, sendo, portanto, e por ora, um território sanitariamente seguro –, reiterámos ao Instituto de Estudos Medievais a nossa determinação em prosseguir com as Jornadas no presente ano de 2020, ou seja, daqui a poucas semanas. E a resposta intrépida foi: “– Vamos a isso! Seguindo obviamente os protocolos de segurança!” E, é precisamente neste acreditar de que podemos ser proprietários do nosso destino que sentimos a profunda convicção de 2021 trazer mais um livro a esta fantástica coleção. Queremos muito acreditar que todo o esforço já produzido até à data será justamente compensado pela força providencial de repetirmos esta tarefa concretizando as Jornadas dedicadas à Governança da Cidade Medieval, servindo assim a investigação histórica e ganhando conhecimento à Idade Média. Por último, importará sempre – e uma vez mais! –, como ato da mais elementar justiça, agradecer genuinamente à Direção do Instituto de Estudos Medievais. A ilustre plêiade das Professoras/Investigadoras/Diretoras que têm sido verdadeiras construtoras desta arquitetura de conhecimento em torno da cidade medieval, graças ao empenhamento e dedicado trabalho produzido na organização e coordenação desta iniciativa, semearam frutos que, ano após ano, evidenciam um inestimável sucesso consubstanciado com esta notável obra fundada já em 4 livros. E Castelo de Vide agradece reconhecidamente o privilégio por associar o seu nome a este singular projeto de investigação que assim vai fazendo a sua própria história!

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Abastecer a Cidade na Europa Medieval: algumas reflexões em torno de um colóquio, de um livro e de um tema

*Amélia Aguiar Andrade¹
Gonçalo Melo da Silva²*

Em Outubro de 2019 decorreram em Castelo de Vide a 3ª *Escola de Outono em Estudos Medievais* e as 4ªs *Jornadas Internacionais de Idade Média*, estas últimas em torno do tema *Abastecer a cidade na Europa medieval*. Um ano depois, graças ao apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide disponibiliza-se ao público uma recolha de textos seleccionados de entre os apresentados nesses dois eventos, depois de terem sido alvo de uma dupla avaliação por pares. Apesar das dificuldades colocadas pelo actual contexto pandémico ao desenvolvimento de trabalhos de investigação, é possível publicar um conjunto de trinta textos elaborados por trinta e três investigadores provenientes de Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos da América. Esta obra, revelando e ampliando o que foram as lições da *Escola de Outono* e as conferências plenárias e comunicações das *Jornadas*, vem dar continuidade ao desiderato que desde sempre se quis associar à organização destes dois eventos: ultrapassar o âmbito mais restrito dos que neles participaram para chegar a públicos mais vastos, através da divulgação, em formato papel e digital, de conhecimento novo e de qualidade sobre a cidade medieval.

Contudo, este livro não recolhe os posters apresentados pelos alunos da *Escola de Outono*, reveladores de trabalhos em curso destinados à obtenção do grau de mestre ou de doutor, que suscitaram não só animadas discussões como novas interpelações que constituíram importantes contributos para a melhoria das problemáticas e das metodologias de trabalho a empreender pelos estudantes. A sua

¹IEM - NOVA FCSH.

²IEM - NOVA FCSH.

diversidade temática foi reveladora de que, apesar dos constrangimentos no apoio à investigação, continua a haver jovens disponíveis para desbravarem novos caminhos para um melhor conhecimento da Idade Média. A adesão de um número cada vez mais elevado de estudantes e a participação, para além dos professores convidados, de outros professores e/ou investigadores interessados em participar nas discussões, comprovam a importância deste tipo de actividade para a formação de jovens investigadores e de como a *Escola de Outono de Castelo de Vide* se tem vindo a impor, paulatinamente, na agenda de trabalho de mestrandos e doutorandos nacionais e estrangeiros.

Condicionalismos de vária ordem impedem também, a transcrição nesta obra, dos debates que tiveram lugar no final das distintas sessões das *Jornadas*, a partir dos quais se alargaram perspectivas, se sugeriram outras interpretações dos dados, se contextualizaram de forma mais ampla resultados. Contributos que muitos autores inseriram nas versões escritas das suas apresentações agora publicadas, o que é revelador da importância que o debate científico sempre tem para a melhoria da qualidade dos estudos históricos. A diversidade da proveniência, formação e interesses historiográficos dos participantes bem como a saudável mistura entre investigadores experientes e jovens em início de carreira que caracteriza as *Jornadas*, tem sido particularmente estimulante para uma frutuosa troca de ideias, que não se esgota nas sessões e, se prolonga nos momentos de convívio, abrindo caminho ao estabelecimento de futuras redes de trabalho colaborativo.

Os textos agora apresentados comprovam a pertinência da escolha do tema do abastecimento da cidade medieval para as *Jornadas*, não só porque este surge como um elemento incontornável na subsistência das comunidades urbanas medievais como também se revela com um objecto historiográfico de enorme potencialidade, uma vez que pode interligar-se com problemáticas bem presentes na sociedade actual, como o equilíbrio dos ecossistemas, a exploração regrada dos recursos naturais, a protecção do ambiente, entre outras. Apresenta ainda uma especial disponibilidade para o desenvolvimento de estudos de carácter interdisciplinar em que a História e a Arqueologia medievais podem beneficiar muito do diálogo com outros ramos do saber que estão para além das Ciências Sociais e Humanas como é o caso, por exemplo, da Geologia, da Biologia ou, da Agronomia.

Contudo, quando um encontro científico resulta, como acontece com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, de um apelo a comunicações amplamente divulgado, tende sempre a ocorrer um certo distanciamento entre o que desejam os organizadores – plasmado no texto de apresentação e nas sugestões temáticas – e a resposta da comunidade científica, expressa nas propostas de comunicação. Os organizadores pretendem que o programa seja temático, espacial e cronologicamente o mais completo e abrangente possível, enquanto os investigadores

traduzem, nas suas propostas, as dinâmicas actuais da investigação desenvolvida nos contextos historiográficos em que se inserem. As palestras dos oradores convidados pretendem por isso ser, nesse contexto, as âncoras que possibilitam que a temática central encontre um levantamento de problemáticas inovadoras e/ou a proposta de metodologias capazes de lhe responderem com a maior eficácia. Circunstâncias que se reflectem no conteúdo desta publicação, em que se mesclam as propostas de escopo mais profundo e reflexivo com os estudos de caso, mais circunscritos temática e espacialmente. Em todos, o leitor pode ainda encontrar remissões para uma vasta bibliografia complementar ou, a referência a colecções documentais que poderá consultar. A riqueza desta obra, que nos apraz salientar, assenta na complementaridade entre as perspectivas apresentadas, a diversidade de espaços de observação considerados e a amplitude das problemáticas equacionadas.

De entre os textos apresentados pelos oradores convidados cumpre destacar os que equacionaram as questões de abastecimento urbano de uma forma mais profunda lançando perspectivas e metodologias de trabalho muito estimulantes e os que, não tendo o abastecimento como cerne das suas apresentações, todavia traçaram quadros de reflexão problematizantes sobre espaços, cronologias e protagonistas do processo urbano em espaços e cronologias menos glosados. No primeiro caso contam-se os artigos de Emílio Martín Gutiérrez e de Denis Menjot. No seu texto *Ciudades y processo de “agrarización” en Andalucía Occidental durante el siglo XV*, o primeiro dos autores referidos parte de uma escala regional e do estabelecimento de uma cartografia exemplar para realçar a interacção entre a cidade e o campo na construção das paisagens sociais medievais. Valorizando a interdisciplinaridade reflecte sobre a importância da análise dos ecossistemas em que se inserem os núcleos urbanos pois estes constituem a base da exploração dos recursos naturais, fundamentais no abastecimento urbano e na sua inserção em circuitos de consumo mais vastos. O texto de Denis Menjot – *Defender la ciudad contra el hambre: las políticas anonarias de los gobiernos urbanos en la Europa bajomedieval* – assume-se como uma síntese reflexiva que tem como espaço de observação a Europa medieval e que glosa as principais problemáticas sobre as questões relacionadas com o abastecimento de cereal e com a capacidade de resposta das cidades ao problema das carestias de cereal, na perspectiva dos poderes em presença. Um texto que se completa com o excelente estudo de uma pequena cidade no contexto português que Iria Gonçalves, oradora convidada desenvolve em *Uma pequena cidade e o seu pão na Baixa idade Média: o caso de Loulé*.

Sauro Gelichi por seu turno, em *Strange Cities on the waters: north Adriatic settlements between 7th-9th centuries AD*, tendo como espaço de observação a região lagunar de instalação das cidades de Veneza e Commachio, estabelece um reflexo sobre um adequado entrosar de fontes escritas e arqueológicas e do seu

questionamento para a recuperação de cronologias mais recuadas e para equacionar a problemática da instalação de comunidades urbanas em espaços marginais. No seu texto de Hermenegildo Fernandes – *Alguns problemas em torno de uma transição urbana no Sudoeste da Península Ibérica (séculos XI-XII)* – reencontramos a afirmação das potencialidades da utilização simultânea e completar de fontes narrativas e resultados da investigação arqueológica, no esclarecimento dos processos de transformação sociais e espaciais urbanos. Aplicada ao estudo das transformações sofridas pelas cidades do al-Andalus no contexto das ocupações de Almorávidas e Almóadas permite apontar ainda permanências que se prolongam no pós-conquista cristã e consequentemente, um melhor entendimento das transformações que a ocupação cristã vai gerar.

A maioria dos textos agora disponibilizados têm como cronologia dominante os séculos XIV e XV, tanto mais esperável quanto predominam os estudos que têm a Península Ibérica como quadro espacial de observação e dentro desta, sobretudo os reinos medievais cristãos. A conjuntura peninsular de guerra com o Islão, que se prolongou de forma mais evidente até à 2ª metade do século XIII, gerou uma afirmação tardia da cidade ibérica em relação a outras regiões europeias e consequentemente, a sua presença nas fontes disponíveis. Este predomínio espacial peninsular tem o seu contraponto nas aproximações a espaços de além Pirinéus que tanto privilegiam a escala regional – o Auvergne considerado na cronologia longa que se estende entre os séculos XIII e XVI e em função de um elemento específico como era a presença mendicante – como uma cidade de referência de tradição romana e feição mediterrânica como foi a Roma medieval e o seu abastecimento de matérias primas, aqui também analisados, numa ampla diacronia.

Desde sempre que as comunicações resultantes das distintas edições das *Jornadas* têm vindo a revelar que a Europa urbana medieval tende a organizar-se em função da dicotomia grande cidade/média e pequena cidade, com claro predomínio deste último modelo, por isso cada vez mais presente na agenda de investigação sobre a cidade medieval. É pois maioritariamente em função de pequenas e de médias cidades que os problemas de abastecimento se encontram apresentados, quer estas se apresentem articuladas em redes de contactos ou de espaços regionais quer consideradas *per si*.

A elaboração dos estudos inseridos nesta obra recorreu a uma enorme diversidade de fontes: materiais, documentais, normativas, iconográficas, numismáticas, arqueológicas às quais há que acrescentar todos os materiais – especialmente os de natureza cartográfica – produzidos pelos autores dos textos e resultantes do tratamento de informação inédita, alguns constituindo propostas interpretativas inovadoras. Destacam-se as que traduzem as preocupações das comunidades e dos poderes seus enquadradores com as questões de abastecimento, especialmente em momentos de

crise ou, as que decorrem da organização dos sistemas produtivos, de circulação de produtos ou, da fiscalidade que lhe estava associada. Metodologicamente é de salientar, como cada vez mais, os estudiosos da cidade medieval tendem a utilizar, de forma crítica, informação muito diversa, contornando, ainda que nem sempre com facilidade, barreiras disciplinares ou cronológicas.

A multiplicidade de fontes utilizada explica, em parte a diversidade de perspectivas desenvolvidas quer estas sejam protagonizadas pela fiscalidade, pela normativa ou pela expressão material de marcas sobre as paisagens urbanas e peri-urbanas e a sua articulação com a afirmação dos diferentes poderes em presença. Não admira por isso, que as problemáticas decorrentes surjam também variadas podendo salientar-se as mais frequentemente glosadas, como é o caso das resultantes das preocupações com o abastecimento alimentar urbano, geradas pelas recorrentes situações de carestia e pelos fenómenos que lhe estavam associados como as fomes, a alta de preços e, a especulação. Associáveis aos problemas de abastecimento de aglomerados humanos concentrados e com de alguma dimensão, são sem dúvida, as questões decorrentes das difíceis dinâmicas de articulação entre os diferentes poderes em presença, sobretudo quando em momentos de crise, se torna evidente a necessidade de garantir a paz social e a simultânea afirmação da sua eficácia como garantes do bem comum.

Outras problemáticas subjacentes às investigações reveladas nesta publicação centram-se na posse e usufruto de recursos naturais e agrícolas sendo que estes têm inerentes processos de enriquecimento que podem estar em directa correlação com a posse da terra, dos meios de produção e do transporte desses mesmos recursos e produtos. O crescimento urbano e a maior complexidade das sociedades urbanas e a sua consequente hierarquização fomentavam situações de conflitividade entre os possidentes mas, não menos importante situações de pluriactividade quer entre as oligarquias urbanas como nos sectores artesanais, acrescentando complexidade à análise dos grupos sociais intervenientes no processo de abastecimento urbano.

Fica também evidente que o abastecimento da cidade medieval e as suas problemáticas específicas se entrosam com outras que, não as integrando directamente lhe são paralelas e por vezes até sistémicas, como as que se associam com os níveis de produção agrícola, com o trabalho, sobretudo o de natureza artesanal, com as dinâmicas da actividade mercantil, ou ainda, com ao enquadramento fiscal das actividades económicas em contexto urbano.

Torna-se claro ainda, que tal como muitos autores têm chamado a atenção, é indispensável, para estudar o abastecimento urbano medieval, equacionar a cidade como um simultâneo centro consumidor, produtor, transformador e distribuidor, mas levando sempre em conta as diferentes escalas urbanas e o estabelecimento da relação entre o consumo e a organização e hierarquização social que caracteriza

cada vila ou cidade. Mas também emerge destas distintas abordagens a necessidade de não equacionar a cidade medieval como um espaço fechado, antes o integrando em redes de abastecimento e circuitos comerciais, quer por via terrestre quer por via fluvial e/ou marítima com escalas que encontram denominadores diversos tais como a relação cidade-campo, os contactos inter-regionais e os de escala internacional.

Tendo em vista o que já se conhece sobre a natureza das fontes disponíveis para o estudo da cidade medieval europeia teria sido esperável que outras temáticas tivessem estado presentes nestas *Jornadas*, que tinham como objectivo estudar e reflectir sobre o abastecimento urbano. Sem preocupações de exaustividade podem referir-se alguns, bastante sugestivos. Seria o caso do estudo dos circuitos de produção e distribuição de produtos de luxo como os livros ou os tecidos de elevado preço. Ou, os problemas levantados pelo abastecimento de minorias confinadas como judeus e mouros nos contextos urbanos e seus conflitos com as maiorias cristãs em momentos de crise ou em relação a práticas alimentares específicas. A disponibilidade de fontes normativas, por seu lado, permite o esclarecimento do papel arbitral e regularizador dos poderes em presença nas vilas e cidades sobre as actividades associadas ao seu abastecimento. A arqueologia do edificado, se bem que constituindo uma orientação recente, permite recuperar a presença dos equipamentos urbanos associados à produção, transformação e venda de produtos – moinhos, mercados, carniçarias, entre outros – permitindo aclarar os lugares de abastecimento quer no entre muralhas quer no espaço urbano. E é surpreendente a presença discreta de uma parte substancial dos protagonistas do processo de abastecimento urbano: os mercadores, os mesteiros, os vendedores e vendedoras de retalho, os oficiais da máquina administrativa e fiscal de enquadramento.

A análise do abastecimento das cidades e vilas medievais necessita da arqueologia para ajudar a melhor interpretar dados documentais existentes ou, a minimizar omissões de informação documental. E no desenho dos seus quadros espaciais de observação necessita de recorrer, cada vez mais, à interdisciplinaridade de modo a recuperar com fiabilidade os ecossistemas e as intervenções antrópicas em que se desenvolveram as cidades medievais e as suas envolventes. Mas, mais precisa de equacionar esta problemática através de investigações tendencialmente sistémicas, que saiam da análise de um cidade, de uma região ou de um reino específicos em favor de perspectivas mais globais, que possam captar circuitos interligados de abastecimento.

* *

*

Os editores querem ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas –

Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda, a sua continuidade no tempo. À Câmara Municipal de Castelo de Vide na pessoa de António Pita, seu Presidente temos a agradecer a aceitação incondicional das nossas propostas e o modo como criou as condições humanas e materiais necessárias para a sua concretização. Através da Dr^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, muitos dos quais não se deixam ver durante a *Semana Medieval* mas que, nos bastidores, asseguram que os eventos decorram sem falhas e com o maior profissionalismo. Ao Instituto de Estudos Medievais, na pessoa da sua Diretora, Prof^a Maria João Bravco, devemos não só o acolhimento destas iniciativas desde o primeiro momento mas também o apoio às tarefas de organização e o financiamento da participação dos oradores convidados e de estudantes da *Escola de Outono*. O Marcel L. Paiva do Monte tornou possível com o seu saber, rigor e bom gosto toda a linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a concepção e paginação deste livro. A Mariana Pereira, recém-chegada à equipa de organização, agradecemos a sua capacidade de aceitar as tarefas correntes e as inesperadas com a mesma eficácia.

A quantos participaram na Escola de Outono e nas Jornadas – conferencistas convidados, comunicantes, estudantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado uma vez que a sua participação empenhada transformou a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais de Idade Média* em consolidados pontos de encontro e discussão entre todos os que se interessam pelo estudo da cidade medieval. E por fim, o nosso obrigada aos habitantes de Castelo de Vide, pois também é deles o sucesso desta *Semana Medieval*.

“qualquer [...] regateira que comprar quaaesquer mantjmentos em quaisquer lugarees”: *o papel das regateiras no abastecimento alimentar urbano*

Mariana Alves Pereira¹

Resumo

Na participação feminina no trabalho urbano, visível sobretudo no comércio alimentar, as regateiras ganharam destaque em várias cidades e vilas portuguesas. Mesmo que dependentes do dinamismo económico e demográfico dos centros urbanos, a sua existência ficou documentada para grande parte do mundo urbano português.

Através do comércio de produtos como o pescado, a carne, os legumes e verduras, as regateiras tiveram um papel importante no abastecimento alimentar e, também, na economia urbana. Contudo, o temor da especulação dos preços e o medo da fraude na qualidade dos produtos lançaram as autoridades concelhia e régia numa busca pelo controlo das regateiras, de modo a assegurar o abastecimento urbano. Por isso mesmo, as regateiras foram colocadas sob alçada dos almotacés, controladas nos seus ofícios, nas suas compras e, sobretudo, nas condições de venda.

Assim, o presente estudo pretende evidenciar a prática das regateiras nos centros urbanos portugueses, ao longo dos séculos XIV e XV, evidenciado o seu papel no abastecimento alimentar urbano: coarctado em tempos de escassez ou privilegiado em tempos de abundância.

Palavras-chave

Mulher; Trabalho; Regateiras; Cidades, Abastecimento.

¹ Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH.

The *regateiras*' role in the urban food provisioning

Abstract

The *regateiras* (*female hucksters*) have earned a leading role among women participation in Portuguese urban work landscape, especially in the food trade. Although their existence depended on the economic and demographic dynamics of the urban centres, there are documents which prove that they were once spreaded throughout many Portuguese cities and towns.

Through the trade of products such as fish, meat and vegetables, the *regateiras* have played an important role in the food supplying system, as well as in the urban economy. But the fear of price speculation and of food quality fraud brought the attention of both the King and regional authorities who, in order to consolidate the urban food supply, enforced a tighter control over the *regateiras*. Thus, this women were put under the municipal supervision, who started controlling their workplaces, the products they bought and, above all, their trading conditions.

This research aims to assess the work of the *regateiras* in the Portuguese urban centres throughout the 14th and 15th centuries, pointing out the role of these women in the food supplying system – both limited in times of scarcity and privileged in times of prosperity.

Keywords

Women; Work; Cities; Food supply.

Introdução.

Ao longo dos séculos XIV e XV, a participação feminina no trabalho urbano foi sentida sobretudo no sector da alimentação. Esta realidade é atestada, por um lado, pela variedade de vocábulos ocupacionais femininos presentes na documentação coeva, fixados de acordo com o produto manuseado ou tarefa executada². Por outro lado, pela dispersão geográfica dessa mesma documentação, sendo possível encontrar

² Sobre este tema, ver: MELO, Arnaldo Sousa – “Women and Work in the Household Economy: The Social and Linguistic Evidence from Porto, c. 1340-1450”. In *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850 – c. 1550. Managing Power, Wealth and the Body*. Turnhout: Brepols, 2003, pp. 249-269.

ofícios como as padeiras ou vendedeiras e regateiras de produtos alimentares para vários centros urbanos portugueses³.

A variedade de ofícios femininos no sector alimentar justifica-se, primeiramente, pelo papel que a mulher desempenhava no mundo doméstico. Por um lado, era sobre ela que recaía a alimentação do agregado familiar, tanto na aquisição dos alimentos como, também, da sua confecção. Além disto, no contexto do trabalho, a mulher participou nos processos quer de produção, de transformação ou de comércio de vários produtos alimentares, sendo que foi neste último que a mulher ganhou algum destaque na documentação coeva, sobretudo de índole concelhia.

Com efeito, a incumbência dos governos urbanos para garantir o abastecimento alimentar das populações gerou vários mecanismos de controlo e vigilância para os ofícios do sector alimentar. Ainda que com maior incidência nas ocupações relacionadas com produtos de abastecimento alimentar básico, como o pão ou o pescado, a verdade é que as autoridades concelhias intervieram nos ofícios femininos de modo indelével, por meio da normativa.

Contudo, não só as autoridades concelhias se demonstraram atentas à participação feminina no abastecimento alimentar das cidades e vilas, mas também a autoridade régia desempenhou o seu papel. Embora mais episódica, a intervenção régia na regulação dos ofícios femininos evidenciou a sua importância não só para o contexto de abastecimento urbano como, também, para a economia urbana.

Assim, a regulação por parte das autoridades concelhia e régia incidiu nos vários ofícios femininos, quer naqueles que se relacionassem com a produção ou com a transformação⁴, sendo que foi no comércio que a normativa mais se acentuou. A verdade é que a mulher apenas participava nas fases produtivas e transformadoras de alguns produtos alimentares, fosse pela forte presença masculina – como no sector do pescado – ou pela componente doméstica dessas actividades – como no sector das frutas e hortalças. No comércio de alimentos, por seu turno, a participação da mulher foi tão variada quanto o leque de produtos passíveis de ser consumidos nos espaços urbanos medievais⁵. Precisamente neste contexto, as regateiras adquiriram algum destaque, não só pela variedade de produtos como pelo tipo de comércio praticado.

³ Sobre este tema, ver: GONÇALVES, Iria – “Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coords.) – *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 1-29; COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Mulher e o Trabalho nas cidades medievais portuguesas”. In *Homens, espaços e poderes: séculos XI – XVI*. Vol. I: *Notas do viver social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 37-59; PEREIRA, Mariana Alves – *A mulher e o trabalho nas cidades portuguesas medievais*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2020. Dissertação de Mestrado.

⁴ PEREIRA, Mariana Alves – *A mulher e o trabalho nas cidades portuguesas medievais...*, 2020, Dissertação de Mestrado, pp. 58-102.

⁵ GONÇALVES, Iria – “Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval...”, p. 12.

1. As regateiras no abastecimento alimentar urbano.

Na longa fileira de pessoas que contribuíam para o abastecimento alimentar dos espaços urbanos medievos encontravam-se as regateiras, cujo comércio de alimentos vários lhes permitiu ganhar algum destaque na documentação coeva. O seu ofício associava-se sobretudo ao comércio livre, ou seja, à venda de produtos pelo preço que o consumidor estivesse disposto a dar, ainda que não se esgotasse aí.

Apesar da preferência da sociedade medieval por colocar o produtor directamente em contacto com o consumidor⁶, desde cedo tanto as vereações urbanas quanto o monarca consideraram essencial garantir a existência de vendedores e revendedores que pudessem contribuir ou suprimir as falhas do abastecimento alimentar urbano. Através da prestação de juramento quando deles houvesse necessidade⁷, cabia então aos almotacés assegurar a existência de profissionais tidos como essenciais para o espaço urbano, como padeiras, carneiros e regateiras. A estas últimas, contudo, podia ser dada maior liberdade de comércio de produtos como o pescado fresco ou seco⁸, legumes⁹ e frutas variadas¹⁰, mariscos¹¹, carnes¹² ou azeites¹³.

Naturalmente, a oferta de produtos por parte das regateiras dependia da dimensão espacial, da dinâmica populacional e social da população. Com efeito, nos séculos XIV e XV, Portugal contava apenas com uma cidade de média dimensão a nível europeu, Lisboa. Esta cidade era, então, uma excepção no conjunto do reino, dispondo de uma dinâmica comercial apoiada e desenvolvida, entre outros, graças à

⁶ Cf. GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV e XV)”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 35-39.

⁷ O juramento consistia numa forma de acordo entre os mesteiros e as autoridades concelhias, realizado de forma verbal ou escrita, perante os evangelhos. Cf. Por exemplo: *OS REGIMENTOS de Évora e de Arraiolos do século XV*. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e Transcrição de Sandra Paulo. Évora: CIDEHUS, 2005, p. 101. Sobre este tema ver: MELO, Arnaldo – *O trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320–c. 1415*. Braga: Universidade do Minho, 2009. Tese de Doutoramento em História, pp. 301-305.

⁸ Cf. *OS REGIMENTOS de Évora e de Arraiolos do século XV...*, p. 136; “VEREAÇOENS”. *Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo*. Ed. de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980, p. 76; *LIVRO DE VERAÇÃO de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*. Introdução, transcrição e notas de José Manuel Vargas. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005, p. 159.

⁹ Cf. *DOCUMENTOS históricos da Cidade de Évora*. Ed. de Gabriel PEREIRA. Reimpressão, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p. 25; *ACTAS de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*. Separata da *Revista al-'ulya* 7 (1999), p. 144.

¹⁰ Cf. *O LIVRO das Posturas Antigas da Cidade de Évora* p. 90.

¹¹ Cf. *HISTÓRIA florestal, aquícola e cinegética*. Ed. de C. M. Baeta Neves. Vol. I: 1208-1438. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento e Gestão de Florestas, 1980, p. 50.

¹² Cf. GOMES, Saul António – *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra: I-Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Separata de *Estudos Medievais* 9 (1988), p. 142.

¹³ Cf. “VEREAÇOENS”. *Anos de 1390-1395. O mais antigo dos “Livros de Vereações” do Município do Porto existente no seu Arquivo*. Ed. de A. Magalhães BASTO. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937, p. 177; *LIVRO de vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*..., p. 159.

presença da corte régia – e toda a máquina administrativa que a acompanhava¹⁴. O restante território do reino caracterizava-se por vilas e cidades de menor dimensão que, mesmo integradas no crescimento urbano verificado, nunca puderam atingir as proporções daquela. Ainda assim, alguns centros urbanos adquiriram algum destaque, como Évora, Santarém, Porto ou Coimbra.

Por consequência, na cidade de Lisboa o número de regateiras seria bastante mais elevado que nos restantes centros urbanos e a oferta de produtos mais alargada, em virtude não só da quantidade de população que ali residia como, também, da que ali passava, dispondo de um poder de compra mais elevado. A título de exemplo, note-se a existência de mulheres especializadas na venda de marisco naquela cidade, as marisqueiras, caso pouco comum para o restante reino¹⁵.

Ainda assim, a presença de regateiras não foi menor por todo o reino de Portugal, sobretudo no que refere ao comércio de produtos alimentares importantes para a dieta medieval¹⁶. A obtenção dos produtos podia ser realizada directamente aos produtores ou, também, a outros vendedores, muitas vezes necessitando da autorização dos almotacés. Assim ocorreu em Évora, no final do século XIV, quando se instituiu que a venda de pescado às regateiras da cidade necessitava do assentimento do almotacé¹⁷.

Além disto, as regateiras podiam também deslocar-se do centro urbano onde comerciavam para adquirir os seus produtos. Como se sabe, a cidade medieval “era uma estrutura frágil, artificial mesmo, incapaz de se bastar a si própria”¹⁸, pelo que o abastecimento dos produtos alimentares provenientes do seu exterior desempenhava um importante papel. Em 1309, há notícia de que as regateiras de Setúbal e da Pederneira se deslocavam a Santarém, onde comerciavam pescados e mariscos¹⁹. Mais tarde, em 1403, as regateiras de Loulé deslocavam-se a Tavira e Faro a fim de comprarem pescado e sardinha, que depois vendiam na vila²⁰.

¹⁴ Cf. ANDRADE, Amélia Aguiar – “Lisboa Medieval, Cabeça de Reino, cidade de muitas e desvairadas gentes”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário (coords.) – *Pão, Carne e Água: Memórias de Lisboa Medieval*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, IEM NOVA FCSH, 2019, pp. 37-47.

¹⁵ Cf. *LIVRO das Posturas Antigas*. Leitura paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 10.

¹⁶ Veja-se, a este respeito, para Coimbra: CAMPOS, Maria Amélia – “Alimentar a cidade de Coimbra na Baixa Idade Média: notas sobre os alimentos, as estruturas de transformação alimentar e os ofícios” in SOARES, Carmen; MACEDO, Irene Coutinho (eds.) – *Ensaio sobre Património Alimentar Luso-Brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2019, pp. 113-326.

¹⁷ Cf. *O LIVRO das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, p. 15.

¹⁸ Cf. GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV e XV)...”, p. 98.

¹⁹ Cf. *Descobrimentos Portugueses*. Ed. de João Martins da Silva Marques. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944, sup. V. 1, p. 385.

²⁰ Cf. *ACTAS de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, pp. 145-146.

2. A regulação das autoridades concelhias.

A actividade das regateiras, contudo, era bastante vigiada pelas autoridades concelhias, que procuravam evitar o açambarcamento e a especulação de produtos essenciais à população urbana. Para o colmatar, os governos urbanos desenvolveram um conjunto de mecanismos de regulação do ofício, tais como o controlo do número de regateiras, o controlo da aquisição e venda dos produtos ou a fixação dos espaços de trabalho.

Quanto ao controlo do número de regateiras, este era realizado por meio da obrigatoriedade de inscrição na vereação concelhia das mulheres que quisessem exercer o ofício. No Porto, em 1401, esta medida foi estipulada para as regateiras de caças, carnes e de pão cozido, sendo que a venda destes produtos por mulheres não inscritas na vereação era punida com uma pena pecuniária²¹. Ao mesmo tempo, o facto de o juramento estar previsto para a ocupação das regateiras pode, também, indiciar um mecanismo de controlo do número de mulheres dedicadas a esse ofício²².

A aquisição e venda dos produtos foi dos temas que mais preocuparam as autoridades concelhias relativamente a estas mulheres²³. Por um lado, as autoridades procuraram vigiar a obtenção dos produtos por parte das regateiras. Através do almotacé, no final do século XIV, a vereação de Évora procurou controlar o comércio do pescado, impedido a sua venda às regateiras sem o seu assentimento²⁴. O mesmo sucedeu em Lisboa, onde a vereação, já no final do século XV, impediu a revenda de pescado por parte das regateiras, deixando o exclusivo desse comércio aos pescadores, exceptuando-se, contudo, produtos como os caranguejos ou berbigões, que podiam ser comerciados livremente. Neste último caso, fica patente a diferente importância atribuída a determinados produtos por parte da vereação lisboeta, o que permitiu às regateiras o comércio livre de algumas espécies de marisco, mas coarctou a possibilidade de comércio do pescado. De facto, o consumo de marisco não era considerado tão fundamental como o do pescado, mesmo que o seu comércio tenha sido livre até à postura citada²⁵. Por último, as regateiras de Lisboa também foram impedidas de adquirir e revender aves e lacticínios, para que os próprios produtores os pudessem comerciar²⁶.

²¹ Cf. "VEREAÇOENS". *Anos de 1401-1449...* p. 76.

²² Cf. Por exemplo: OS REGIMENTOS de Évora e de Arraiolos do século XV..., p. 29-30. Ver também: MELO, Arnaldo Sousa – "Women and Work in the Household Economy: The Social and Linguistic Evidence from Porto, c. 1340-1450...", pp. 249-269.

²³ Cf. GONÇALVES, Iria – "Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval...", pp. 11-14.

²⁴ Cf. O LIVRO das Posturas Antigas da Cidade de Évora ..., p. 15. Ver também: FEIO, Rodolfo Nunes Petronilho – *Por Prol e Bom Regimento. A cidade e o trabalho nas posturas antigas de Évora*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, 2017. Dissertação de mestrado, p. 134. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/85618>.

²⁵ GONÇALVES, Iria – "Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval...", p. 15.

²⁶ Cf. LIVRO das Posturas Antigas..., p. 256.

Por outro lado, o controlo das vereações concelhias também se fez sentir na imposição de condições de venda. A imposição de horários de venda foi uma das estratégias para assegurar o abastecimento urbano, procurando dirimir os episódios de açambarcamento e consequente especulação dos produtos por parte das regateiras. Um caso paradigmático dessa situação ocorreu no Porto, no final do século XIV, quando a vereação procurou resolver o problema decorrente do açambarcamento e consequente subida de preços por parte das muitas regateiras que, segundo o governo urbano, se dedicavam à venda de pescado, caça ou fruta²⁷.

Assim, somente a partir da hora da terça – as 9h da manhã – é que era permitida a venda por parte da regateiras²⁸. Esta medida foi aplicada às regateiras de Lisboa²⁹, Santarém³⁰ e Setúbal³¹, ao passo que em Évora estavam sujeitas a tal horário as regateiras de fruta³². Até à hora estipulada, então, os alimentos deviam ser comercializados pelos preços impostos pelos almotacés, de modo a que a população se pudesse abastecer, sem que ficasse exposta à especulação do seu preço.

Além dos horários de venda, por último, também o desrespeito pela almotaçaria posta aos produtos era punível com penas pecuniárias em cidades como Lisboa³³, bem como a fraude na qualidade do produto³⁴ ou o incumprimento dos espaços de trabalho fixados. Esta última foi outra das medidas adoptadas pelas vereações concelhias, que, contudo, apenas foi aplicada às regateiras de determinados produtos, como o pescado, sendo que o comércio ambulante continuou a ser prática recorrente por parte dessas mulheres³⁵.

²⁷ Cf. “VEREAÇOENS”. *Anos de 1390-1395 ...*, p. 201.

²⁸ Esta medida teve alcance não só em cidades portuguesas, como também em Cuenca, Guadalajara ou Tolendo. Cf. ESCRIBANO ABAD, José Luis – *Política de aprovisionamiento de alimentos: el mercado urbano en el antiguo Reino de Toledo durante la Baja Edad Media*. Espanha: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2013. Tese de Doutoramento, pp. 184-185. Ver também: PEREIRA, Mariana Alves – *A mulher e o trabalho nas cidades portuguesas medievais...*, pp. 79-82.

²⁹ Cf. *LIVRO das Posturas Antigas ...*, p. 12.

³⁰ Cf. VIANA, Mário – “A participação do concelho de Santarém em Cortes nos séculos XIV e XV. 1. Documentação”. *Arquipélago-História, Revista da Universidade dos Açores* VIII (2004), p. 369.

³¹ Cf. BRAGA, Paulo Drumond – *Setúbal medieval (séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998, p. 116.

³² Cf. *O LIVRO das Posturas Antigas da Cidade de Évora ...*, p. 21. Ver também: FEIO, Rodolfo Nunes Petronilha – *Por Prol e Bom Regimento. A cidade e o trabalho nas posturas antigas de Évora...*, p. 138

³³ Cf. *LIVRO das Posturas Antigas...*, p. 36.

³⁴ Ver: PEREIRA, Mariana Alves – *A mulher e o trabalho nas cidades portuguesas medievais (séculos XIV e XV)...*, pp.73-96.

³⁵ Conforme avança Saúl António Gomes, “Coimbra era cidade de forte dinâmica comercial, sobremodo em torno da produção e do consumo nas áreas alimentares, do vestuário e do calçado, marroquinaria e da ourivesaria. Entre os mesteiros que poderiam vir aos açougues reais por ocasião do mercado semanal das segundas-feiras, segundo o compromisso estabelecido, em 1269, entre o Município e o rei D. Afonso II, para venda dos seus produtos, citam-se tendeiros, correeiros, sapateiros, fanqueiros, peliteiros, manteiros, esteireiros e tecelões de feltro e de burel, para além dos açougueiros de carnes e de pescados e, ainda, das muitas regateiras que se encarregavam da venda, fixa ou ambulante, de pão, lacticínios, méis, castanhas e de especiarias, como o cominho, açafraão e pimenta, entre outros produtos hortícolas e frutícolas.” cf. GOMES, Saul António – “Coimbra-aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”. *Biblos* IV, nova série, (2006), pp. 126-127.

No início do século XV, as regateiras de pescado de Évora estavam proibidas, de acordo com o *Regimento* da cidade, de o vender em casa ou noutro lugar que não a praça, onde o produto era almotaçado³⁶. O mesmo estava previsto para Arraiolos, onde estava prevista uma pena pecuniária para as regateiras que vendessem pescado em casa e não na praça³⁷. Com efeito, em ambos casos, a evasão ao espaço definido determinava a ausência de controlo por parte dos almotacés do pescado, o que podia ter repercussões no preço do produto, pesos e medidas ou na sua qualidade³⁸.

O estabelecimento de espaços de trabalho para as regateiras foi também aplicado de modo a evitar, por exemplo, concertações e conluíus entre regateiras e produtores. Atente-se ao exemplo de uma norma emitida pelo concelho de Lisboa em 1482, que determinou que as regateiras não pudessem vizinhar com as chamadas donas do pescado ou seja, as mulheres de pescadores que vendiam directamente o produto³⁹.

Quanto ao cumprimento das normas impostas, não só se mostraram atentas as autoridades concelhias como, também, a autoridade régia. No plano concelhio, eram aplicadas penas pecuniárias, por exemplo, às regateiras que comprassem fruta para revenda antes da hora da terça, em Évora⁴⁰. A privação de liberdade foi ainda uma outra sanção aplicada caso às mulheres vendessem pescado fora do lugar estipulado pelas autoridades concelhias de Lisboa⁴¹. À parte destas, determinados comportamentos podiam ainda ser sancionados com punição física, como a compra para revenda de farinha dentro das Fangas de Lisboa⁴².

3. A regulação da autoridade régia.

No plano régio, a intervenção do monarca foi apenas notada quando chamado a intervir pelos próprios concelhos que, considerando a conduta das regateiras gravosa e não a conseguindo colmatar, a ele recorriam para deliberar sobre o tema⁴³. Um exemplo dessa atenção prestada pelos monarcas à conduta das regateiras surge em 1361, aquando da reunião de Cortes em Elvas. Aí foi apresentado a D. Pedro um capítulo geral do povo, ou seja, um capítulo ratificado por todos – ou grande parte – dos procuradores de concelho ali presentes, em que se queixavam de cartas régias de privilégio a regateiras, isentando-as do cumprimento da almotaçaria, ou

³⁶ Cf. *OS REGIMENTOS de Évora e de Arraiolos do século XV...*, p. 136.

³⁷ Cf. *OS REGIMENTOS de Évora e de Arraiolos do século XV...*, p. 137.

³⁸ Cf. *LIVRO das Posturas Antigas...*, p. 122.

³⁹ Cf. *LIVRO das Posturas Antigas...*, p. 151.

⁴⁰ Cf. *O LIVRO das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, p. 21.

⁴¹ Cf. *LIVRO das Posturas Antigas...*, p. 151.

⁴² Cf. *POSTURAS do concelho de Lisboa: Século XIV. Leitura paleográfica de José Pedro Machado*. Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa, 1974, p. 49.

⁴³ Ver: PEREIRA, Mariana Alves – *A mulher e o trabalho nas cidades portuguesas medievais...*, pp. 96-102.

seja, do cumprimento de preços e pesos e medidas estabelecidos pelas autoridades concelhias. O monarca foi sensível à argumentação apresentada pelos concelhos, de que tal impedia a aquisição de mantimentos a preços justos, e acedeu a não mais conceder esse tipo de privilégio e em anular os já atribuídos⁴⁴. Contudo, tal não impediu posteriores concessões régias de privilégios a regateiras.

No século XV, o monarca foi informado pelo concelho de Santarém, através de um capítulo especial, mais uma vez em contexto de Cortes, que as regateiras daquele lugar usavam indevidamente do privilégio de isenção de almotaçaria quando este tinha sido atribuído aos seus maridos⁴⁵, queixa que o monarca deferiu interditando às regateiras o uso de um privilégio que não lhes tinha sido directamente concedido. Por fim, a mesma situação é levada a cortes em 1440, desta feita pelo concelho de Setúbal. Neste contexto, a decisão do monarca proíbe mesmo o exercício do comércio a quem que não obedecesse às regras de almotaçaria⁴⁶.

Deste modo, quando chamada a fazê-lo, a autoridade régia parecia ceder à argumentação das autoridades concelhias, considerando que o ofício das regateiras devia obedecer a determinadas regras para as quais não devia existir qualquer excepção. Esta questão, contudo, evidencia também a dificuldade de aplicação da normativa por parte das autoridades e os problemas que os privilégios régios podiam trazer.

Contudo, também as próprias regateiras podiam ser as queixosas das normas aplicadas pelos governos urbanos. Datada de 1338 encontra-se uma carta de Afonso IV, dirigida aos alvazis, alcaide e concelho de Santarém, onde se registava que “as Regateiras e alguães outros dessa vila”, bem como os seus vedores e almoxarifes, o tinham informado de que algumas posturas estabelecidas pelo concelho sobre o trabalho das regateiras as prejudicavam e eram também danosas ao dito concelho. Em resposta, o monarca regulou o trabalho das regateiras, evidenciando a sua importância para a vila uma vez que lhes permitiu o exercício do ofício, regulando-o de acordo com determinadas regras – todas elas tendo em vista medidas tendentes a assegurar o abastecimento urbano, como a obrigação de cumprir os preços impostos pelos almotacés⁴⁷.

Mais tarde, em 1389, D. João I foi informado dos abusos praticados pelos almotacés em relação às regateiras de pescado e fruta em Évora. O monarca, perante a queixa de corrupção por parte dos almotacés, toma a decisão de permitir o livre

⁴⁴ Cf. *CORTES Portuguesas, reinado de D. Pedro (1357-1367)*. Ed. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 53.

⁴⁵ Cf. VIANA, Mário – “A participação do concelho de Santarém em Cortes nos séculos XIV e XV. 1. Documentação...”, p. 369.

⁴⁶ Cf. *CORTES portuguesas: reinado de D. Afonso V; cortes de 1439*. Dir. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 411.

⁴⁷ Cf. *CHANCELARIAS Portuguesas: D. Afonso IV*. Direcção de A. H. de Oliveira Marques, Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 227.

comércio dos produtos, determinando que “cada um possa vender e comprar o que quiser sem almotacaria nenhuma”⁴⁸. Esta decisão, que aparentemente parece contrária aos interesses de abastecimento urbano da população, uma vez que lhes permite o comércio sem cumprir o preço estabelecido pelos almotacés, evidencia a importância dada pela monarca às regateiras para o abastecimento urbano. Este exemplo, contudo, não é caso único.

A importância das regateiras para a economia urbana fica visível numa carta dada pelo infante D. Pedro, ao concelho de Coimbra, datada de 1437. Nesta data, é pedido pelas autoridades concelhias que o Duque da cidade se pronuncie acerca das regateiras de peixe frito e carne assada, argumentando que a sua existência era negativa dados os preços praticados e as fraudes cometidas sobre o produto, afectando a sua qualidade. A resposta do infante, contudo, vai contra as pretensões concelhias, autorizando o comércio de tais produtos por parte das regateiras. Para aquele, a sua existência não podia trazer qualquer mal, além de que era proveitosa para os caminhanes que por ali passassem, evitando-lhes despesas e trabalho⁴⁹.

Assim, o infante D. Pedro procurou incrementar o comércio de alimentos tendo em vista, sobretudo, o consumo de estrangeiros e caminhanes, não se remetendo apenas para o consumo da população urbana. Não dando maior importância às questões apontadas pela vereação concelhia, o duque de Coimbra opta assim por cativar a existência e consumo dos alimentos já cozinhados que, não perigando o normal abastecimento básico da população, acrescentavam novo valor à economia do meio urbano.

Conclusão.

Posto isto, é possível perceber que as autoridades concelhias e régias pretendiam que o número e presença das regateiras no comércio alimentar urbano fosse constante e suficiente para garantir, sem grandes sobressaltos, as necessidades das populações das cidades e vilas portuguesas. A sua presença garantia a existência de produtos alimentares essenciais para o abastecimento urbano, como o pescado, a carne, as hortaliças ou as frutas.

Todavia, mesmo que pudessem representar o ingresso de produtos ou o seu escoamento para a população urbana, as regateiras foram submetidas a um conjunto de imposições de modo a evitar fraudes que pusessem em causa os esquemas de abastecimento urbano. Neste sentido, o comércio das regateiras era apenas praticado em horários específicos e sob a vigilância das autoridades concelhias, que

⁴⁸ Cf. *DOCUMENTOS históricos da Cidade de Évora...*, parte I, p. 90.

⁴⁹ Cf. PIMENTA, Belisário – “As cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)”, separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXIII (1958), pp. 18-19.

asseguravam, entre outros, a qualidade dos produtos. Por outro lado, convém realçar que a intervenção das autoridades concelhias foi mais premente relativamente a regateiras que comercializassem produtos de maior importância para a dieta alimentar ou cujos esquemas de abastecimento apresentassem maior fragilidades, como o pescado.

Não obstante, a actuação das autoridades nem sempre foi contra a prática das regateiras, sendo-lhes dado também espaço no contexto económico urbano para desenvolverem a sua actividade. Tal como ficou patenteado na carta do duque de Coimbra, onde é afirmado o papel das regateiras para o consumo e economia urbanos, o trabalho das regateiras não se baseava somente na venda e revenda de produtos destinados ao abastecimento alimentar básico mas, também, ao comércio especulativo de alimentos, podendo participar na sua própria transformação e, por isso, acrescentando valor ao produto. Deste modo, não se pense que as regateiras eram todas reguladas da mesma maneira ou que praticavam o mesmo tipo de comércio, dado que o comércio de determinados produtos, além de não ser controlado pelas autoridades concelhias – como se viu no caso dos caranguejos e berbigão – podia ser feito de modo itinerante pelas cidades e vilas portuguesas.

Dado o exposto, pode-se concluir que as regateiras detinham um papel importante para o abastecimento urbano pois delas podia depender a existência e venda de determinados produtos, fosse por servirem de intermediárias na sua venda ou por perigarem a sua existência com as suas práticas de comércio. Por outro lado, a sua importância para a economia urbana, e em parte também para o seu abastecimento, fica evidente na defesa que lhes é feita pelo infante D. Pedro que, não considerando as alegadas fraudes praticadas sobre os produtos, lhes permite a existência e comércio, mesmo contra as autoridades concelhias.

Em Outubro de 2019 decorreram em Castelo de Vide a 3ª *Escola de Outono em Estudos Medievais* e as 4ªs *Jornadas Internacionais de Idade Média*, estas últimas em torno do tema *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Um ano depois, graças ao apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide estamos a disponibilizar ao público uma recolha de textos selecionados de entre os apresentados nesses dois eventos, depois de terem sido alvo de uma dupla avaliação por pares. Apesar das dificuldades colocadas pelo actual contexto pandémico ao desenvolvimento de trabalhos de investigação, é possível publicar um conjunto de 30 textos elaborados por 33 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos da América. Esta obra, revelando e ampliando o que foram as lições da Escola e as conferências plenárias e comunicações das *Jornadas*, vem dar continuidade ao desiderato que desde sempre foi associado à organização destes dois eventos: ultrapassar o âmbito mais restrito dos que neles participaram através da divulgação, em formato papel e digital, de conhecimento novo e de qualidade sobre a cidade medieval.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

